

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : Yam 1763

DATA : 10 07 90

PG. : A-10

# Lutzenberger pede restrição a garimpo

**ELVIS CESAR BONASSA \***

Coordenador de Cidades da Sucursal de Brasília

O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, 63, solicitou ao presidente Fernando Collor a revogação imediata dos decretos que criaram reservas garimpeiras e áreas de florestas nacionais dentro do território dos índios ianomami, em Roraima. Em exposição de motivos encaminhada ao presidente, com o número 45/90, Lutzenberger solicita ainda a demarcação do território tradicional ianomami em área contínua. A área está demarcada de forma descontínua.

O território tradicional ianomami está definido pela portaria 1817/E da Fundação Nacional do Índio (Funai): 8,545 milhões de hectares contínuos. Essa área foi reduzida, durante o governo Sarney, para 2,453 milhões de hectares, divididos em 19 "ilhas". Além da demarcação definitiva da área, Lutzenberger pede a retirada imediata de todos os garimpeiros que invadiram a região, com ação da Polícia Federal. Na exposição de motivos, o secretário pede que a retirada do garimpo seja acompanhada de "prisão, responsabilização penal e perda dos bens apreendidos na área de donos de pistas, pilotos de avião e demais infratores pegos em flagrante".

A Polícia Federal já tentou retirar os garimpeiros em uma operação terminada há cerca de 40 dias, com explosão das pistas de pouso usadas por eles. A ação foi inútil. Dois delegados que visitaram a região entre os últimos dias 27 e 29 de junho —com representantes da Procuradoria Geral da República e da Funai— concluíram que "procedem as informações de retorno à garimpagem na região". Esse relató-

rio, assinado pelos delegados Raimundo Soares Cutrin e Heli Cesar Lisboa Ramos e pelo funcionário da Funai Nilson Campos Moreira, afirma que a reutilização de três das 14 pistas de pouso explodidas há cerca de 40 dias pela Polícia Federal configura uma "afronta ao poder público".

De acordo com o relatório da Polícia Federal, a atividade nas pistas de pouso indica que haverá "retorno em massa de garimpagem na região, tão logo melhorem as condições climáticas". Os delegados afirmam que a explosão das pistas deve ser acompanhada de outras formas de interdição. Sugerem, por exemplo "o estaqueamento das pistas".

Em sua exposição de motivos, o secretário do Meio Ambiente sugere a elaboração de um programa permanente de saúde ianomami. Ele já encaminhou ao ministro da Saúde, Alcení Guerra, um memorando solicitando a montagem desse programa.

A Procuradoria Geral da República acompanhou a visita da Polícia Federal à região.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou nota ontem em Brasília (DF) criticando a "indefinição da política indigenista do governo Collor". Ao analisar os primeiros cem dias do governo Collor, o Cimi diz que sua ação indigenista "significou a continuidade do genocídio ianomami". Hoje, a CNBB divulga documento avaliando a situação no campo e os conflitos de terra nos cem dias de governo.

\* Colaborou a Reportagem Local